

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

#### **Editora Chefe**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

#### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

#### **Conselho Editorial**

##### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.



## APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Fellipe Jahnke	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021077</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 80**

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa  
Ana Maria Fontenelle Catrib  
Sílvia Helena de Amorim Martins  
Patrícia do Carmo Lima  
Tallys Newton Fernandes de Matos  
Luiza Valeska Mesquita Martins  
Sarah Lorena Silva Macêdo

**DOI 10.22533/at.ed.1112021078**

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

**DOI 10.22533/at.ed.1112021079**

**CAPÍTULO 10 ..... 104**

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude  
Carlos Augusto Cardoso de Jesus  
Gabrielle Correia Silva dos Santos  
João Pedro Marques Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.11120210710**

**CAPÍTULO 11 ..... 116**

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz  
Marcos Torres Carneiro

**DOI 10.22533/at.ed.11120210711**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.11120210712**

**EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II**

**CAPÍTULO 13 ..... 138**

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

**DOI 10.22533/at.ed.11120210713**

**CAPÍTULO 14 ..... 148**

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa  
Francisca Celia Lima Paula  
José Ygor Ribeiro dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.11120210714**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>158</b>
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>182</b>
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>194</b>
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>203</b>
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>213</b>
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>220</b>
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210721</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>226</b>
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>233</b>
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>243</b>
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210724</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>254</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>256</b>

## A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJovem URBANO NO HORIZONTE

*Data de aceite: 01/07/2020*

**Maria Aparecida de Queiroz**

UFRN

cidinhaufrn@gmail.com

**Marcos Torres Carneiro**

UFRN

torres@ufrn.edu.br

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é analisar a perspectiva de reinserção dos jovens na proposta educacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) 2008 a 2012, voltada para aqueles com a idade entre 18 e 29 anos, os quais se encontravam em situação de vulnerabilidade, que haviam concluído o quarto ano de escolaridade e não prosseguido do quinto ao nono ano do ensino fundamental. Propomo-nos a compreender esse programa como política pública de educação de natureza inclusiva, cuja proposta curricular tem caráter integrador, direcionado às dimensões: elevação da escolaridade – conclusão do ensino fundamental –, ação cidadã e qualificação profissional certificada como formação inicial. A fundamentação teórica e metodológica do estudo é orientada

pela abordagem histórico-crítica, que articula o contexto socioeconômico e político no qual o objeto se inscreve em face ao embate e aos desafios susceptíveis ao campo da política educacional para um determinado segmento popular da sociedade. A revisão da literatura e a análise documental pautam o conteúdo do texto cuja organização compreende: introdução, problematização da inclusão e exclusão escolar no ensino fundamental e a perspectiva de escolarização como índice de inclusão social. Concluimos que, de acordo com os dados apresentados nas avaliações externas das três entradas do período em evidência o programa Urbano alcançou, em parte, seu objetivo que era reintegrar ao sistema educacional brasileiro cerca de 200.000 mil jovens do total de 15,4 milhões que se encontravam fora da escola.

**PALAVRAS - CHAVE:** Inclusão educacional. Jovens e adultos. ProJovem urbano.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyze the perspective of reinsertion of young people in the educational proposal of the Program National Youth Inclusion Program (ProJovem Urbano) 2008 to 2012, aimed at those aged between 18 and 29, who were in a situation of vulnerability, who had completed their fourth year of schooling and had not from

the fifth to the ninth grade of elementary school. We propose to understand this program as a policy public education of an inclusive nature, whose curricular proposal has an integrating character, directed to the dimensions: schooling - completion of elementary school -, citizen action and professional qualification certified as Initial formation. The theoretical and methodological basis of the study is guided by the historical-critical approach, which articulates the socioeconomic and political context in which the object is inscribed in the face of the clash and susceptible challenges to the field of educational policy for a particular popular segment of society. The literature review and the documentary analysis guide the content of the text whose organization comprises: introduction, problematization of inclusion and school exclusion in elementary school and the perspective of schooling as an indication of social inclusion. We conclude that, according to the data presented in the external evaluations of the three entries of the period in evidence, The Urban program achieved, in part, its objective, which was to reintegrate about 200,000 Brazilian thousand young people out of a total of 15.4 million who were out of school.

**KEYWORDS:** Educational inclusion. Youth and adults. Urban ProJovem.

## 1 | INTRODUÇÃO

A reinserção de jovens em ambiente de escolarização a que se propôs o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (2008-2012), contrapõe-se à exclusão a que eles foram submetidos em escolas públicas estatais brasileiras. O programa contemplava um contingente de pessoas entre 18 e 29 anos de idade, em situação de vulnerabilidade, que haviam concluído, apenas, o quarto ano e não prosseguido no ensino fundamental. Isso constituía um desafio aos que governavam o país a partir de 2003, alinhados ao princípio da educação como direito de todos e dever do estado brasileiro. Como resposta aos problemas que haviam sido constatados em relação a esse segmento da população, foi formulado um programa específico contemplando as dimensões: elevação da escolaridade – conclusão do ensino fundamental –, ação cidadã e qualificação profissional com certificação da formação inicial.

Para atendê-las, tinham como base um currículo integrado, por “[...] considerar as dimensões humanas do conhecimento, da ação e do compromisso consigo mesmo e com os outros”. (BRASIL, 2008, p. 78). A capacitação dos professores desenvolvia-se por especialistas em educação, em qualificação para o trabalho e serviço social, por meio de oficinas e estudos específicos.

Conforme essa lógica, fundamenta-se no princípio de ser o jovem um sujeito que, por meio da educação formal, constrói uma identidade que possibilita atuar no mundo para transformar suas condições de vida. A proposição é de que a aprendizagem se efetiva, de fato, quando o estudante consegue relacionar novos conhecimentos com as experiências prévias e situá-las em diferentes facetas do ser humano (BRASIL, 2008, p. 16).



Neste trabalho, analisamos aspectos da dimensão *elevação* dos estudos que objetivava a conclusão do ensino fundamental dos estudantes do programa, por meio de novas formas de aquisição do conhecimento e da reelaboração de suas próprias experiências e visão de mundo. Assim, poderia reposicionasse quanto à sua inserção social e econômica.

O aporte teórico e metodológico está ancorado na abordagem histórico-crítica que visa articular o contexto socioeconômico e político no qual o objeto se inscreve, em virtude do embate e dos desafios susceptíveis ao campo da política educacional para o segmento da juventude em condição de pobreza. Na pesquisa, procedemos à revisão da literatura, à análise documental e de dados estatísticos, emanados das avaliações no curso do programa.

O texto está organizado em três partes inter-relacionadas entre si: introdução, elevação de estudos como dimensão do ProJovem Urbano, contrapondo-se à histórica exclusão dos estudantes brasileiros pobres da escola pública e gratuita na idade regulamentada. Essa demanda requereu políticas específicas para o segmento da população; e considerações finais.

Com a análise dos dados extraídos das avaliações externas do programa, como política de governo, constatamos que ele suscitou, a reinserção na escola de pessoas jovens que estavam fora do sistema de ensino brasileiro. Alcançou, portanto, em parte, seus objetivos ao reintegrar a parcela que estava totalmente excluída dos sistemas de ensino, atendendo, assim, de modo satisfatório a algumas necessidades dessa população.

## **2 | ELEVÇÃO DOS ESTUDOS: DIMENSÃO DO PROJÓVEM URBANO EM CONTRAPONTO À EXCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES BRASILEIROS PÓBRES**

Neste subitem, temos como pressuposto que as políticas de educação para jovens e adultos decorrem da ineficiência do poder público estatal que, por inúmeras razões, não oferecem as condições necessárias para produzir, nos sistemas de ensino ambientes suficientemente atrativos para manter, na escola, as crianças nela matriculadas. Isso significa que a escola que temos não está equipada do ponto de vista físico, material, pedagógico e de pessoal – gestores, professores e apoio – devidamente qualificados para lidar com o ensino e com as novas aprendizagens das crianças.

Ao contrário do que deveria ser, a escola que temos mantém um *currículo* que, tomando emprestado o termo *do atletismo clássico*, se associando ao percurso a ser seguido pelos estudantes (CHARTIER, 2003), não corresponde às realidades de quem nela trabalha ou estuda. As definições relativas ao *curso* e a(s) disciplina(s) moldam as pessoas – crianças, jovens e adultos – nela inscritas, assim como o conhecimento que a permeia, fugindo à diversidade característica do corpo administrativo-burocrático, docente e discente.

Assim, os componentes formais e os humanos, na escola, são todos vistos *uniformemente*; os diferentes como se fossem todos iguaizinhos. Numa verdadeira camisa de força, cresce a luta de cada um e do coletivo pela libertação das amarras que os aprisionam, não permitindo ver, no espelho, as diferenças que carregam como classe ou grupo social.

Em face dessas contradições, nutrem sentimentos como o de não pertencimento ao ambiente escolar e dele procuram fugir, refugiando-se nos problemas próprios da classe de seus pais, dos seus e/ou de outros familiares. Como resultado dos antagonismos, forma-se o grande contingente de jovens e/ou de adultos que, no tempo regulamentado para a escolarização, se evadiu ou abandonou esse campo nos diferentes níveis do ensino básico, compondo, assim, a demanda da educação de jovens e adultos em seus diversos formatos.

É com essa compreensão que objetivamos, no presente estudo, analisar a proposta de reinserção escolar apresentada pela dimensão elevação dos estudos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. O programa voltou-se para o segmento da população situado em um contexto social, político e econômico frontalmente demarcado pelos elevados índices de desigualdades, que retroalimenta a pobreza e a miséria de grande parte da sociedade em detrimento de uma minoria que a eles tem o acesso assegurado. Então, o programa incentivava a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e a participação em ações comunitárias visando melhorar suas condições sociais dos excluídos dos benefícios da vida em sociedade, em particular, da escola e do mundo do trabalho.

A esse contexto, revelado em uma sociedade assimétrica, se alinha a realidade brasileira, a qual, segundo a *Síntese de Indicadores Sociais* (SIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada de 2017, mostra que

[...] a renda per capita dos 20% que ganham mais, cerca de R\$ 4,5 mil, chega a ser mais de 18 vezes que o rendimento médio dos que ganham menos e com menores rendimentos por pessoa – cerca de R\$ 243. No Brasil, em 2016, a renda total apropriada pelos 10% com mais rendimentos (R\$ 6,551 mil) era 3,4 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% (R\$ 401) com menos rendimentos, embora a relação variasse dependendo do estado brasileiro [...]. (IBGE, 2016).

Corroborando esses dados, ainda de acordo com a pesquisa “[...] as pessoas com os 10% menores rendimentos do país, era a parcela da população de pretos ou pardos que alcançava 78,5%, contra 20,8% de brancos [...]”. (IBGE, 2016).

Essa discrepância na distribuição da renda se confronta com os avanços científicos e tecnológicos aplicados a vários campos de atividades, não correspondendo, inclusive, às necessidades básicas, decorrentes do atraso do qual padece a maior parte da população brasileira. Uma parcela significativa dessa população vive em situação precária, com o complicador de ser vista com naturalização e as desigualdades serem agravadas por preconceitos, pelo descaso do poder público e de parte da sociedade. Aos desfavorecidos,

que constituem a maioria, impõem-se desvantagens que afetam, particularmente, o segmento juvenil pobre, em contraposição à abundância usufruída entre poucos que acumulam a riqueza.

Draibe (1998), ao teorizar sobre as políticas sociais de orientação neoliberal, focalizadas, afirma que a superação das desigualdades socioeconômicas é uma necessidade e uma condição para a estabilidade política, para o desenvolvimento e para a autonomia de uma nação,

[...] mas a eliminação da pobreza, a diminuição dos graus mais gritantes de desigualdades e a ampliação do acesso das camadas desfavorecidas aos benefícios do crescimento econômico *constituem também condição da estabilidade política*. Em outros termos, a estabilidade dos ajustamentos estará comprometida se os piores desequilíbrios sociais não forem eliminados, antes mesmo de se transformarem em desequilíbrios políticos [...]. (DRAIBE, 1998, p. 92).

Desse modo, a implementação dessas políticas tornou-se uma condição *sine qua non* para amenizar as condições de pobreza. Pois, no caso delas serem plenamente superadas, teríamos a garantia de estabilidade política e, quiçá, da ordem social.

Nesse sentido, no campo das políticas educacionais, sobressai o debate em torno da agenda de setores organizados da sociedade. Urge construir, estrategicamente, propostas de educação e de ensino de natureza humanística, capazes de fazer compreender o processo de exclusão e a superação, visando à integração de crianças e jovens à sociedade, com êxito social em geral e na escolarização, em particular. Essa estratégia política implica o entendimento do papel do Estado na formulação e na implementação de ações que conduzam a esse objetivo, voltadas para a inserção social, o combate à pobreza e à miséria, em seu estágio extremo.

Queiroz (2011), analisando os limites e possibilidades das políticas de educação recentes para jovens e adultos, demonstra o entendimento de que,

[...] parte significativa desse segmento da população sequer ingressou nos sistemas formais de ensino na idade escolar instituída (seis a quatorze anos). Ou, tendo ingressado, não recebeu, por parte do Estado brasileiro nem da sociedade, a devida atenção em suas individualidades ou especificidades de classe ou grupo social, etnia e gênero. Assim, as pessoas, em vez de serem estimuladas a permanecer na escola, de forma bem-sucedida, como estudantes, são instadas a sucessivos fracassos (QUEIROZ, 2011, p. 01).

Por serem as pessoas (individualmente), enquanto classes ou grupos sociais diferentes e diversas, parte delas que persiste em superar as dificuldades de acesso e permanência na escola, prosseguem os estudos, inclusive, chegam ao nível superior e à pós-graduação. Outras, a despeito das tentativas de superação, em decorrência dos descompassos entre o currículo escolar e o currículo real, não ultrapassam as barreiras que se interpõem ao tempo de estudo e ao do trabalho (infantil e juvenil), necessário à sobrevivência.

Ademais, insistimos que a escola, por vezes, não apresenta atrativos nem estímulos

suficientes para sustentar os ideais das famílias, das crianças e dos jovens, e acaba reforçando a desistência. Dessa forma, é interrompido o ciclo de estudos na idade regulamentada para a infância e/ou para a juventude. Prossegue, então o ciclo de novas tentativas de êxito, e, quando não o encontram, são fadadas ao fracasso.

Configura-se, portanto, uma realidade, na qual os estudantes interrompem sua trajetória de escolarização – no ensino fundamental ou no ensino médio – tentando retomá-la por meio de programas ou projetos de caráter de suplência ou de reinserção. Por isso, se tornam desprovidos de uma efetiva formação no tocante aos conteúdos, aos espaços e à dinâmica do ensino e da aprendizagem conforme determinadas exigências na aquisição de habilidades para sua formação básica.

Acerca dessa contingência de estudo, Sposito (2006, p. 254) adverte que os programas para essa porção da juventude

[...] pressupõem a simples obrigatoriedade da matrícula na escola pública como fator de inclusão, o que não deixa de ser, ao menos, curioso. Os usuários são definidos com base nas condições de maior vulnerabilidade e pobreza. Nesses grupos situam-se, também, os jovens precocemente excluídos da escola com significativa distorção série/idade.

Assim, crianças, jovens e adultos, historicamente excluídos porque são pobres, negros, índios, ribeirinhos se mantêm como *semi* ou completamente *analfabetos* (iletrados e/ou do ponto de vista funcional). Tornam-se objetivo de políticas públicas em educação, nas quais ainda que, tardiamente, nelas ingressem. Alguns são bem-sucedidos na reinserção escolar ou em outros processos sociais e se sentem exitosos; enquanto outros seguem, repetidamente, uma trajetória de fracassos.

Contrário a esses dilemas que historicamente excluíram parte significativa da juventude, é que se situam as políticas mais gerais e/ou programas governamentais de educação a partir de 2005. O que nasce, naquele momento, estava orientado por um diagnóstico que clamava medidas urgentes por parte do governo: havia, no Brasil, 15,4 milhões de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos que se encontravam fora da escola; desses, 753 mil eram analfabetos. Como resposta a essa realidade, o governo federal, em parceria com estados e municípios, formulou e implementou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem, conhecido como *original*<sup>1</sup>.

Salientamos que esse programa, em escala nacional, tinha uma estrutura reveladora de sua importância como atenção ao segmento da juventude ao qual se direcionava. Posicionava-se como desdobramento estratégico da Política Nacional de Juventude, tendo, ao centro, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude.

A meta inicial do programa consistiu em

---

1 O ProJovem *original* foi regulamentado pelo Decreto nº. 5.557, de 5 de outubro de 2005 e implementado apenas nas capitais e no Distrito Federal. Em 2006, foi ampliado para mais 29 cidades, com o número de habitantes igual ou superior a 200.000.

[...] atuar nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, a partir do ano de 2006, é que se expandiu para regiões metropolitanas de várias capitais, em cidades com pelo menos 200 mil habitantes (conforme dados do censo Demográfico/2000). Foi previsto o atendimento a 200.000 jovens de 18 a 24 anos, que tivessem terminado a quarta série, mas não a oitava série do ensino fundamental e não tivessem vínculos formais de trabalho. (MANUAL DO EDUCADOR, 2008, p. 17).

Sua amplitude se manteve entre 2005 e 2008, quando, com base em dados das avaliações, a política de juventude foi modificada. Em setembro de 2007, o Governo Federal lançou o ProJovem Integrado, como denominação para uma política nacional de juventude dividido nas seguintes modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Campo. Tais modalidades surgem em substituição aos programas: Agente Jovem, o ProJovem Original, Consórcio da Juventude, Jovem Trabalhador, Escola de Fábrica, Saberes da Terra. Assim, instaurou-se uma segunda fase denominada ProJovem Urbano, regido pela Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008, regulamentada pelo Decreto nº. 6.629, de 4 de novembro de 2008.

A implantação do programa era justificada pela realidade da juventude que, em função do acentuado processo histórico de desigualdade social do País, transformou-a na fração mais vulnerável entre a população brasileira. O Estado brasileiro, e os governantes, em particular, não poderiam adiar o atendimento a suas demandas, de modo especial, à escolarização básica. (ASSUNÇÃO, 2010, p. 89).

Na nova modalidade, a idade do público-alvo foi alargada para 18 a 29 anos, mantendo os demais critérios do programa original. A duração ampliou-se para 18 meses de estudos, com carga horária de 2000 horas. As atividades de formação básica abrangiam 1.092 horas, a qualificação profissional, 390 horas e a participação cidadã, 78 horas, totalizando, assim, 1.560 horas presenciais e 440 horas de atividades não presenciais. O currículo estava organizado em seis unidades formativas com a duração de três meses cada uma delas.

Assim, a perspectiva de inclusão, assumida pelo Projovem, parte de uma *nova* forma de perceber a juventude em suas relações com outros grupos sociais. Considera o diálogo intergeracional<sup>2</sup> um caminho oportuno a ser trilhado, pois reconhece a diversidade e amplia as possibilidades de participação dos jovens na vida social, econômica, política e cultural.

No que diz respeito ao componente formação básica - uma das dimensões do currículo -, desdobrava-se em áreas ou disciplinas que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/96 devem difundir e produzir conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis à vida na sociedade atual. Ademais, inclui a elaboração de sínteses interdisciplinares, relacionando os conhecimentos das dimensões do currículo com aspectos que perpassam o cotidiano do jovem (BRASIL, 2008, p. 72).

---

<sup>2</sup> Refere-se às relações entre os jovens e os adultos, as quais se encontravam nas famílias, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura e lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias, ou seja, em todos os lugares sociais onde existem relações (simétricas ou assimétricas) entre jovens e adultos (PPI, 2008, p. 58).

Nesse sentido, era esperado que os estudantes:

- a. Obtivessem ganhos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.
- b. Conseguissem nas avaliações formativas, percentuais de acerto acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares.
- c. Alcançassem, em sua maioria, a média de acertos próxima a 56% no exame final nacional externo.

Com base nesses objetivos considerados pilares para a formação dos jovens participantes do Programa, cotejamos os resultados advindos das avaliações externas<sup>3</sup>, obtidos pelos estudantes na proficiência das três primeiras entradas. Nessa análise, alcançamos o que mostram as tabelas abaixo.

<b>Entradas</b>	<b>Nº participantes na Avaliação Diagnóstica</b>
<b>1ª entrada</b>	33.000 alunos
<b>2ª entrada</b>	100.000 alunos
<b>3ª entrada</b>	17.000 alunos

Tabela I: Número de Participantes na avaliação diagnóstica.

Fonte: Relatório de gestão (2010).

A avaliação diagnóstica era aplicada aos estudantes que ingressavam no programa e tinha, como amostra, as disciplinas de Português e Matemática. A tabela II cruza os dados das médias entre a avaliação diagnóstica e a média do SAEB/2007 do desempenho médio da 1ª entrada.

	<b>Português</b>	<b>Matemática</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Média</b>	
<b>Diagnóstica</b>	199	187
<b>Ciclo 3</b>	228	224
<b>Saeb/2007</b>	229	241

Tabela II: Médias das avaliações em Língua Portuguesa e Matemática de alunos do ProJovem Urbano, comparadas com a média do Saeb/2007.

Fonte: Relatório de gestão (2010).

3 Realizaram-se quatro avaliações externas: a diagnóstica – no início das aulas –; Exame Nacional Externo do ciclo I – ao final do I ciclo –, Exame Nacional Externo do ciclo II (ao final do 2º ciclo) e o Exame Final Nacional Externo, realizado ao final do 3º ciclo. Neste, havia a 1ª e a 2ª chamadas para aqueles que não obtinham a média para aprovação no curso, ou seja, que o habilitava a receber o certificado de conclusão do ensino fundamental.

Na avaliação diagnóstica, os estudantes estavam no nível III da escala de proficiência para a disciplina de Língua Portuguesa cujo nível se localizava entre 175 e 225. Os estudantes situados nesse nível eram considerados com o mínimo de desempenho satisfatório em leitura. Em matemática, os que estavam situados com a média em nível III da escala de proficiência – entre 175 e 200 –, quer dizer que, ao ingressarem no programa, eles já eram capazes de identificar figuras a partir do número de lados etc.

A tabela III mostra o desempenho médio na avaliação diagnóstica e no segundo Ciclo – intermediário – em que se encontravam os estudantes da segunda entrada do ProJovem Urbano.

	Português	Matemática
<b>Avaliação</b>	<b>Média</b>	
<b>Diagnóstica</b>	202	201
<b>Ciclo 2</b>	220	228

Tabela III: Médias da avaliação Diagnóstica e do Ciclo 2 em Língua Portuguesa e Matemática da 2ª entrada de alunos do ProJovem Urbano

Fonte: Relatório de gestão (2010).

Os valores demonstrados em Língua Portuguesa correspondem de forma semelhante à primeira entrada, ao nível III de proficiência, visto que esse era igual a 202. Ao final do segundo ciclo intermediário, a proficiência média se elevou para cerca de 220 pontos, colocando, assim, o desempenho médio em limite superior ao nível III.

Quanto à Matemática, o desempenho inicial mostrou-se consideravelmente maior do que na primeira entrada, pois, a média da segunda foi 201 pontos, enquanto a primeira foi 187. Ao final do ciclo II, a média se elevou para 228; por essa tendência do crescimento, é plausível que, ao final do ciclo três, esses alunos tivessem uma média igual ou superior à média nacional do SAEB/2007.

	Português	Matemática
<b>Avaliação</b>	<b>Média</b>	
<b>Diagnóstica</b>	203	204
<b>Ciclo 2</b>	231	227

Tabela IV: Médias da avaliação Diagnóstica e do ciclo 2 em Língua Portuguesa e Matemática da 3ª entrada de alunos do ProJovem Urbano

Fonte: Relatório de gestão (2010).



Mediante os dados das avaliações analisados, sobre Língua Portuguesa, observamos uma acentuada semelhança entre a terceira entrada e as anteriores. O argumento traduz o fato de que os alunos se encontravam no nível III e obtiveram uma significativa elevação ao final do ciclo 2, atingindo a pontuação 231 definida pelo Saeb.

Na disciplina Matemática, o desempenho médio indicou que os estudantes se encontravam no limite inferior ao do nível IV. Nas avaliações intermediárias, o desempenho médio aumentou; assim, é possível projetar, para a avaliação do terceiro ciclo, um desempenho satisfatório comparável com a média do Saeb/2007.

Com base nessas observações, podemos constatar que, nas três entradas, o desempenho médio inicial dos estudantes aferido nas avaliações diagnósticas, mostrou-se razoavelmente baixo, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática. Porém, ao longo das avaliações intermediárias dos ciclos, é possível perceber um aumento médio considerável na proficiência.

Os resultados analisados dão conta do prenúncio de que, na reinserção de jovens ao sistema educacional brasileiro, o ProJovem urbano mostrou-se como um horizonte para os que haviam abandonado o processo de escolarização. No retorno à escola, encontraram mais uma chance de concluir o ensino fundamental.

E, na realização desse sonho, construíram novas amizades, se sentiam gente. Vivenciaram o respeito e a atenção por parte dos seus professores, motivo maior para ali permanecerem, conforme disseram alguns estudantes de Natal, por ocasião de uma enquête sugerida pela supervisão do ProJovem original, em dois Exames Finais de Curso.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos propósitos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem Urbano como política pública para a juventude brasileira pobre, negra, segregada e excluída, ainda há muito a ser conhecido. Quanto à *elevação dos estudos* podemos concluir que o programa atingiu, em boa parte, os seus objetivos, atendendo, de modo satisfatório, a aspirações e necessidades dos estudantes concernente a ganhos quantitativos, mas também pelo significado pessoal e coletivo por eles atribuído.

Os dados da proficiência nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, a despeito de não termos dados suficientes para analisar o conjunto do processo de ensino e aprendizagem, os resultados das três entradas, atestam suficiência nesses conteúdos de ensino.

Desse modo, sem fazermos apologia a um programa transitório que teve uma curta duração; não ganhou o *status* de *política de estado*, podemos concluir que ele se tornou referência em meio a tantos problemas e ao desprezo com que é vista a educação dos segmentos populares. Esse Programa possibilitou, no entanto, a reinserção de muitos

jovens que haviam abandonado a escolarização no sistema educacional brasileiro.

Ao retomá-la, reaproximam-se do direito subjetivo à educação e da dignidade por ela suscitada. Aqueles que mais necessitavam de ações por parte do Estado, se beneficiaram, e, por meio dessa política de inserção, para muitos, ela valeu como uma luz em meio à falta de oportunidades e as condições suficientes para estudar.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Geniely Ribeiro da. **Avaliação dos atuais programas de proteção social segundo a gestão institucional**. João Pessoa: UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPACOPSS. 2010. (Relatório Técnico Final de Pesquisa).

BRASIL, IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (2013). Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Estatuto da Juventude. p. 01-133.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem –, instituído pela Lei no. 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no. 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de novembro de 2008b; seção 1, p. 4.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

DRAIBE, Sônia Miriam. **A especificidade do Welfare State no Brasil**. Relatório de pesquisa “As políticas sociais na América latina”, versão preliminar, abril 1998, ANPOCS, n. 6, vol. 3, fev. 1998.

QUEIROZ, Maria Aparecida de. **Infância bem cuidada dispensa políticas inclusivas para jovens**. In: Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação, XXV, 2011, São Paulo. Caderno. São Paulo: Biblioteca Anpae, 2011. p. 1 - 13.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa (org.). **Manual do Educador: orientações gerais**. Revisão: Leandro Bertolotti Jardim. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano.2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

### B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

### C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

### D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

## **F**

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

## **G**

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

## **H**

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

## **I**

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

## **L**

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

## **M**

Mapas Conceituais 148, 151

## **O**

Orfandade 80, 81, 82, 91

## **P**

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

## **R**

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

## **S**

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

## **V**

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)